

## **PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia, com atenção, o fragmento de texto, adaptado, (**TEXTO I**) para responder às questões de 1 a 9.

### **TEXTO I**

#### **Prescrição do dano moral no direito do trabalho: um novo enfoque**

§ 1 Os direitos da personalidade têm como características, entre outras, a imprescritibilidade. Isto quer dizer que, não obstante a inércia do seu titular quanto ao exercício de um desses direitos, pode o mesmo, a qualquer tempo, reivindicar a sua efetivação. Assim, a possibilidade de exercício dos direitos da personalidade jamais prescreve. O que prescreve é a pretensão à reparação dos danos causados a esses direitos, após certo lapso de tempo previsto em lei.

§ 2 Com efeito, a questão do prazo prescricional a ser aplicado com relação à pretensão judicial inerente aos pleitos reparatórios de dano moral na Justiça do Trabalho tem gerado controvérsias. Indaga-se, pois, se o prazo é o referente aos créditos trabalhistas, de cinco anos durante o contrato de trabalho, até dois após a extinção deste (...) ou o previsto no Código Civil (...). Tais indagações aplicam-se, igualmente, às pretensões de danos moral, material e estético decorrentes de acidentes de trabalho, como espécies do gênero dano pessoal.

§ 3 Sobre o tema há duas correntes de opinião: uma que entende ser aplicável a prescrição trabalhista (...), em face do reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar tal pedido. A segunda corrente sustenta que a prescrição é a civil, porque mesmo praticado o dano em decorrência da relação de emprego e, em consequência, sendo a Justiça do Trabalho a competente para julgar os pedidos respectivos, trata-se de uma ação de caráter pessoal e, portanto, aplicáveis as normas do Código Civil brasileiro.

§ 4 Os argumentos de quem defende a prescrição trabalhista, em regra, têm-se assentado no reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar os pedidos de tais reparações. Esses argumentos, com o devido respeito, não resistem a uma análise mais aprofundada. Como sabido, o prazo prescricional para o exercício de uma pretensão não se fixa levando em conta a competência do juízo para conhecer o pedido respectivo. A prescrição decorre da natureza do direito material discutido, independentemente do órgão do Judiciário que deva apreciar o litígio.

§ 5 Ao tratar da prescrição trabalhista, a Constituição Federal (...) refere-se a "créditos resultantes das relações de trabalho". Entretanto, a reparação do dano moral, mesmo praticado em face da relação de emprego, não constitui crédito trabalhista *stricto sensu*. Aliás, nem de crédito se trata, quanto mais de crédito trabalhista.

§ 6 Por outro lado, é certo que na Justiça do Trabalho não se aplicam apenas normas de caráter estritamente trabalhista, como decorre da disposição do artigo 8º da CLT, estando o Juiz do trabalho autorizado, na falta de disposições legais ou contratuais trabalhistas, a decidir de acordo com a jurisprudência, por analogia, por equidade, e outros princípios e normas gerais de Direito e até com base no Direito comparado. Nesse sentido, é o entendimento do STF, que, em decisão histórica, analisando pela primeira vez o artigo 114 da Constituição, estabeleceu que, "à determinação da competência da Justiça do Trabalho não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho".

Continua...

§ 7 Com efeito, a sede legal do direito à reparação por danos morais e materiais por ofensa aos direitos da personalidade está no artigo 5º, incisos V e X da Constituição. Como se infere da ementa antes transcrita, não é a natureza da matéria que determina a competência da Justiça do Trabalho, como também não é a competência material que fixa o prazo prescricional de uma ação. A prescrição é instituto de direito material, enquanto que a competência pertence ao direito processual. Logo, o argumento da competência da Justiça laboral é insuficiente para justificar a aplicação da prescrição trabalhista ao dano moral no Direito do Trabalho.

(...)

§ 8 O fundamento da prescrição é a inércia ou negligência do credor ou titular da pretensão, no exercício, em tempo certo, da ação correspondente. Mas, como é notório, não se pode falar em inércia ou negligência quando o trabalhador deixa de reclamar algum direito durante a relação de emprego, muito menos na presunção de abandono do direito, que, por óbvio, é incompatível com o seu estado de hipossuficiência econômica.

§ 9 No Direito do Trabalho, embora existam razões de sobra, o legislador brasileiro não adotou quaisquer causas suspensivas ou interruptivas da prescrição, como ocorre no Direito Civil (...). Daí porque nada impede, mas ao contrário, aconselha-se, deva o intérprete procurar amenizar os critérios legais para favorecer o trabalhador em obediência aos princípios do Direito do Trabalho, especialmente adotando a norma mais benéfica ao autor da demanda, porque é inaceitável falar-se em inércia do trabalhador que na vigência do contrato de trabalho deixa de reclamar direitos violados.

(...)

§ 10 Do quanto exposto conclui-se que a reparação por danos pessoais (moral, material e estético) constitui direito humano fundamental de índole constitucional e não mero direito de natureza trabalhista ou civil.

*Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>  
Acesso em 20/05/2009. Adaptado.*

**Questão 1:** O principal objetivo comunicativo do texto é:

- a) discutir formas de se conceber o julgamento dos danos morais ou dano pessoal no ambiente de trabalho.
- b) definir os prazos para se requerer a defesa dos direitos humanos relativos ao dano moral.
- c) defender a prescrição do dano moral no trabalho.
- d) refutar os conceitos de prescrição trabalhista e prescrição civil.
- e) demonstrar as vantagens de se adotar o dano moral como prescrição trabalhista.

**Questão 2:** Leia, com atenção, as afirmativas abaixo.

- I - Há divergências quanto às regras a serem seguidas para se fazer valer a prescrição dos danos pessoais.
- II - O trabalhador é o culpado pela prescrição dos direitos morais no trabalho.
- III - O autor apresenta uma alternativa para analisar e julgar o dano moral, material e estético.
- IV - O STF entende que a Justiça do Trabalho deve acatar os pedidos de julgamento de danos morais nas relações de trabalho.

Com base na leitura do texto, é **CORRETO** afirmar que:

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas (I), (II) e (III) estão corretas.
- c) apenas as afirmativas (II), (III) e (IV) estão corretas.
- d) apenas as afirmativas (I), (II) e (IV) estão corretas.
- e) apenas as afirmativas (I), (III) e (IV) estão corretas.

**Questão 3:** Pela leitura global do texto, é possível concluir que:

- a) o Direito Civil abriga, exclusivamente, as causas referentes aos danos pessoais.
- b) a prescrição dos direitos no trabalho fundamenta-se na maneira de agir da pessoa afetada.
- c) a Constituição Federal não ampara o julgamento dos danos pessoais.
- d) a inércia e a negligência do trabalhador fundamentam a legislação do Direito Civil para a prescrição dos direitos morais.
- e) os direitos da personalidade prescrevem por causa da inércia do trabalhador.

Leia o trecho novamente para responder às questões 4 e 5.

“Os direitos da personalidade têm como características, entre outras, a imprescritibilidade. Isto quer dizer que, **não obstante** a inércia do seu titular quanto ao exercício de um desses direitos, pode o mesmo, a qualquer tempo, reivindicar a sua efetivação. **Assim**, a possibilidade de exercício dos direitos da personalidade jamais prescreve. O que prescreve é a pretensão à reparação dos danos causados a esses direitos, após certo lapso de tempo previsto em lei.” (1º parágrafo)

**Questão 4:** Os termos destacados, no fragmento, expressam o sentido de:

- a) comparação e adição.
- b) conformidade e conclusão.
- c) oposição e conclusão.
- d) adição e simultaneidade.
- e) comparação e conclusão.

**Questão 5:** Os termos seguintes referem-se à ideia indicada, **EXCETO**:

- a) desses = direitos da personalidade.
- b) mesmo = exercício.
- c) seu = direitos da personalidade.
- d) sua = direitos
- e) esses = direitos da personalidade

**Questão 6:** Leia novamente:

“(…) analisando pela primeira vez o artigo 114 da Constituição, estabeleceu que, “à determinação da competência da Justiça do Trabalho não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, **cujo** alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho”. (6º parágrafo)

O termo destacado, no fragmento, refere-se à expressão:

- a) promessa de contratar.
- b) fundamento do pedido.
- c) relação de emprego.
- d) justiça do Trabalho.
- e) solução da lide de questões.

**Questão 7:** Leia novamente:

“A prescrição é **instituto** de direito material, enquanto que a competência pertence ao direito processual”. (7º parágrafo)

O termo destacado, no fragmento, pode ser substituído no mesmo contexto, mantendo-se o sentido, por:

- a) indício.
- b) defesa.
- c) instituição.
- d) assunto.
- e) refutação.

**Questão 8:** Leia novamente:

“**Daí porque** nada impede, **mas ao contrário**, aconselha-se, deva o intérprete procurar amenizar os critérios legais para favorecer o trabalhador em obediência aos princípios do Direito do Trabalho, especialmente adotando a norma mais benéfica ao autor da demanda (...)”. (9º parágrafo)

Os termos destacados, no fragmento acima, podem ser substituídos, respectivamente, sem perder o sentido, por:

- a) entretanto / todavia.
- b) mas enfim / embora.
- c) pois com razão / portanto.
- d) dessa forma / mas sim.
- e) mas enfim / portanto.

**Questão 9:** Em todas as alternativas, o termo destacado está corretamente interpretado entre colchetes, **EXCETO** em:

- a) “Mas, como é notório, não se pode falar em inércia ou negligência quando o trabalhador deixa de reclamar algum direito durante a relação de emprego, muito menos na presunção de abandono do direito, que, **por óbvio**, é incompatível com o seu estado de hipossuficiência econômica”. (8º parágrafo) [= portanto]
- b) “Mas, como é notório, não se pode falar em inércia ou negligência quando o trabalhador deixa de reclamar algum direito durante a relação de emprego, muito menos na presunção de abandono do direito, que, por óbvio, é incompatível com o seu estado de **hipossuficiência econômica**”. (8º parágrafo) [= inferioridade financeira]
- c) “Daí porque nada impede, mas ao contrário, aconselha-se, deva o intérprete procurar amenizar os critérios legais para favorecer o trabalhador em obediência aos princípios do Direito do Trabalho, especialmente **adotando** a norma mais benéfica ao autor da demanda (...)”. (9º parágrafo) [= ao adotar]
- d) “Esses argumentos, com o devido respeito, **não resistem** a uma análise mais aprofundada”. (4º parágrafo) [= vão de encontro]
- e) “ Nesse sentido, é o entendimento do STF, que, em decisão histórica, **analisando** pela primeira vez o artigo 114 da Constituição, estabeleceu que (...)”. (6º parágrafo) [= ao analisar]

Leia, atentamente, o **Texto II**.

## **TEXTO II**

### **Homem vivia há 20 anos sob trabalho escravo em fazenda de Alegre**

Seis trabalhadores em situação análoga à de escravos foram resgatados na manhã desta segunda-feira (16) da Fazenda Jerusalém, em Alegre, no Sul do Espírito Santo. De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), os trabalhadores não recebiam salários, tinham os documentos apreendidos pelo dono da fazenda, eram ameaçados, tratados com violência e eram proibidos de deixar o local de trabalho.

De acordo com o procurador Djailson Martins Rocha, da Procuradoria do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim, também no Sul do Estado, a situação era degradante. "Os alojamentos são de uma forma subumana, que nem animal. Até uma jaula de zoológico é mais digna. Dormiam sem colchão, no chão, alguns foram agredidos pelo empregador".

Os empregados libertados têm entre 25 e 50 anos. Alguns viviam há 20 anos nesse regime. É o caso de Sebastião Inácio de Oliveira, de 48 anos. "Quando vim pra cá o combinado era R\$15 por dia. Mas nunca recebi nenhum dinheiro. Cuido do gado, da lavoura e faço todos os serviços da casa. Sempre trabalhamos de segunda a sábado. Nem podíamos ter família aqui", lamenta.

Durante seis anos, o trabalhador Avelino Cabral da Silva, 55 anos, ficou na propriedade fazendo todo o serviço na roça. Aos fiscais do Ministério do Trabalho ele contou que chegava a apanhar para trabalhar. No alojamento que morava, espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir, nenhum colchão. O trabalhador dormia no chão. "Aqui onde eu ficava pegava comida lá no armazém e nesse tempo todo que fiquei aqui nunca recebi nada", conta.

A operação, realizada pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Federal, levou à prisão em flagrante do filho do proprietário das terras. Peres Vieira de Golveias, 46 anos, pode pegar de 3 a 8 anos de prisão. Ele era o responsável pelo gerenciamento dos empregados, mas o pai dele também vai ser processado. Um inquérito deve ser aberto pela Polícia Federal e encaminhado ao Ministério Público Federal, para que seja ajuizada uma ação contra os donos da fazenda.

### **Crime**

Além da situação em que mantinha os trabalhadores, o filho do proprietário da fazenda é acusado ainda de um homicídio ocorrido em 1995, com requintes de crueldade. O pai dele também relatou à polícia crimes que teria cometido nos últimos anos. O procurador do trabalho descreveu a mentalidade da família como "feudal".

Leticia Gonçalves e Andressa Alcoforado  
<http://gazetaonline.globo.com> Acesso em 16/03/2009.

**Questão 10:** A leitura do Texto II **NÃO** permite identificar:

- a) quem é o homem que vivia há 20 anos sob trabalho escravo.
- b) onde os trabalhadores eram submetidos a um regime semelhante ao da escravidão.
- c) quais fatores conduziram ao resgate dos trabalhadores.
- d) quem eram os criminosos.
- e) quando aconteceu o fato.

**Questão 11:** Ao descrever a mentalidade da família como ‘feudal’, o Procurador do Trabalho elaborou:

- a) uma prosopopeia.
- b) uma hipérbole.
- c) uma ironia.
- d) uma metáfora.
- e) um pleonasma.

**Questão 12:** Considerando a modalidade escrita formal, na estrutura destacada a seguir, há um problema de regência verbal:

“No alojamento que morava, espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir, nenhum colchão”. (4º parágrafo)

A nova sentença que atende ao princípio de regência verbal, nessa modalidade, é:

- a) No alojamento para quem morava, havia espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir não havia colchão.
- b) No alojamento em que morava, espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir, nenhum colchão.
- c) No alojamento a que o trabalhador morava, espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir, nenhum colchão.
- d) No alojamento cujo trabalhador morava, espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir, nenhum colchão.
- e) No alojamento cujo trabalhador morava, havia espaço reduzido, fogão a lenha e para dormir não havia colchão.

Responda às questões **13** e **14** com base na comparação entre os **textos I** e **II**.

**Questão 13:** A respeito das características do **texto I** e do **texto II**, pode-se afirmar que:

- a) o texto I expressa uma opinião, enquanto o texto II noticia um fato.
- b) enquanto o texto I é ficção, o texto II informa um fato real.
- c) ambos os textos baseiam-se em narrativas reais e tematizam os direitos humanos.
- d) o texto I é narrativo, e o texto II é argumentativo.
- e) o texto I é um texto não-literário, enquanto o texto II é um texto didático.

**Questão 14:** Releia o fragmento do **texto II**.

“É o caso de Sebastião Inácio de Oliveira, de 48 anos. "Quando vim pra cá o combinado era R\$15 por dia. Mas nunca recebi nenhum dinheiro. Cuido do gado, da lavoura e faço todos os serviços da casa. Sempre trabalhamos de segunda a sábado. Nem podíamos ter família aqui, lamenta.” (3º parágrafo)

Indique a passagem do **texto I** que pode ser exemplificada por esse fragmento do **texto II**.

- a) “(...) não se pode falar em inércia ou negligência quando o trabalhador deixa de reclamar algum direito durante a relação de emprego, muito menos na presunção de abandono do direito, que, por óbvio, é incompatível com o seu estado de hipossuficiência econômica”. (8º parágrafo)
- b) “Daí porque nada impede, mas ao contrário, aconselha-se, deva o intérprete procurar amenizar os critérios legais para favorecer o trabalhador em obediência aos princípios do Direito do Trabalho (...)”. (9º parágrafo)
- c) “(...) a reparação do dano moral, mesmo praticado em face da relação de emprego, não constitui crédito trabalhista *stricto sensu*”. (5º parágrafo)
- d) “A prescrição decorre da natureza do direito material discutido, independentemente do órgão do Judiciário que deva apreciar o litígio”. (4º parágrafo)
- e) “O que prescreve é a pretensão à reparação dos danos causados a esses direitos, após certo lapso de tempo previsto em lei”. (1º parágrafo)

Leia, atentamente, o **Texto III**, um fragmento da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, para responder às questões seguintes.

### **TEXTO III**

#### **A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos**

como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

**Artigo I.** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (...)

Continua...



**Artigo III.** Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

**Artigo IV.** Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

**Artigo V.** Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

**Artigo VI.** Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. (...)

**Artigo XXIII.**

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

**Questão 15:** Pela leitura do **texto III**, podemos afirmar, **EXCETO**:

- a) a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- b) a educação e o ensino são importantes para a promoção do respeito aos direitos e liberdade colocados na Declaração.
- c) os sindicatos são organismos que protegem a pessoa, por isso constituem um direito humano.
- d) a Declaração dos Direitos Humanos garante que o trabalhador deve receber um salário compatível com seu trabalho.
- e) o Brasil desrespeita a Declaração dos Direitos Humanos, pois nela há garantia de que o trabalhador não pode ficar desempregado e há muito desemprego no país.

Releia o fragmento a seguir e responda às questões de nº **16, 17 e 18**.

“Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que **lhe** assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social”. (Artigo XXIII)

**Questão 16:** Nesse fragmento, o pronome “lhe” está relacionado a “**todo ser humano que trabalha**” em função da:

- a) concordância nominal.
- b) concordância verbal.
- c) regência nominal.
- d) colocação pronominal.
- e) retomada do termo.

**Questão 17:** Ainda no mesmo fragmento, o pronome relativo “que”, em “que lhe assegure”, refere-se ao termo antecedente:

- a) família.
- b) existência.
- c) dignidade humana.
- d) remuneração justa e satisfatória.
- e) todo ser humano.

**Questão 18:** Sobre o uso da crase em “assim como à sua família” pode-se afirmar que esse uso se explica em função de:

- a) regência verbal, e é obrigatório.
- b) regência verbal, e é facultativo.
- c) regência nominal, e é obrigatório.
- d) regência nominal, e é facultativo.
- e) concordância verbal, e é obrigatório.

**Questão 19:** Considerando o emprego das preposições destacadas, é possível afirmar que:

- a) em “com o objetivo de que”, a preposição estabelece relação semântica de temporalidade.
- b) em “pela adoção de medidas progressivas”, a preposição estabelece relação semântica de proporção.
- c) em “a escravidão e o tráfico de escravos”, a preposição estabelece relação semântica de comparação.
- d) em “são dotados de razão e consciência”, a preposição estabelece relação semântica de causa.
- e) em “outros meios de proteção social”, a preposição estabelece relação semântica de finalidade.

**Questão 20:** Analise as afirmativas seguintes.

- I** - Se o trecho “todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória” fosse escrito assim: “todo ser humano que trabalha tem direito a salário justo e satisfatório”, a crase seria obrigatória em “**direito à salário**”, a exemplo de “**todo ser humano tem direito à vida**”.
- II** - A construção “a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social” poderia ser substituída por “**a que serão acrescentados**”, sem prejuízo do sentido.
- III** - Na construção “(...) não se pode falar em inércia ou negligência (...)” (Texto I – 8º parágrafo), se a ideia fosse “inércia e negligência” a reescrita correta seria “**(...) não se podem falar em inércia e negligência (...)**”, em função das normas de concordância verbal.
- IV** - Na construção “O que prescreve é a pretensão à reparação dos danos causados a esses direitos (...)” (Texto I – 1º parágrafo), a presença da preposição em “**à reparação**” é ditada pelas normas da regência nominal.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Todas as afirmativas estão incorretas.  
b) Apenas as afirmativas (II) e (III) estão corretas.  
c) Apenas as afirmativas (II) e (IV) estão corretas.  
d) Apenas as afirmativas (I) e (II) estão corretas.  
e) Apenas as afirmativas (I) e (IV) estão corretas.

## **PROVA DE LEGISLAÇÃO**

**Questão 21:** Sobre a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a Constituição Federal dispõe que:

- a) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada somente mediante lei específica.
- b) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, independentemente de qualquer disciplina legal.
- c) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo a lei dispor sobre o prazo de duração do contrato; os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; a remuneração do pessoal.
- d) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo a lei dispor sobre o prazo de duração do contrato; os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; a remuneração do pessoal; os órgãos e entidades da Administração direta ou indireta que poderão ter sua autonomia ampliada.
- e) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo a lei dispor apenas sobre o prazo de duração do contrato e a remuneração do pessoal.

**Questão 22:** Mévio, servidor público federal, ocupante do cargo de motorista, dirigindo veículo oficial da Universidade Federal de Juiz de Fora, durante o período de serviço, em alta velocidade, atropela Tício, causando-lhe lesões corporais que o impossibilitaram para o trabalho durante 06 (seis) meses. Segundo o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- a) somente Mévio responderá pelos danos decorrentes do acidente, se ficar demonstrado que esse é fruto de sua culpa.
- b) somente a Universidade responderá pelos danos decorrentes do acidente, se ficar demonstrado que o acidente se deu por culpa de Mévio.
- c) a Universidade responderá pelos danos decorrentes do acidente, independentemente de ficar demonstrado que o acidente se deu por dolo ou culpa de Mévio.
- d) a Universidade responderá pelos danos decorrentes do acidente, independentemente de ficar demonstrado que o acidente se deu por dolo ou culpa de Mévio, devendo esse servidor ser sumariamente demitido.
- e) a Universidade responderá pelos danos decorrentes do acidente, independentemente de ficar demonstrado que o acidente se deu por dolo ou culpa de Mévio, assegurado direito de regresso contra Mévio, no caso exclusivo de dolo.

**Questão 23:** Tibúrcio, aprovado em concurso público para o cargo de técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, já estável, prestou novo concurso e, aprovado, foi nomeado para o cargo de auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, inacumulável com aquele. Entretanto, o servidor foi considerado inabilitado no estágio probatório desse último cargo. É **CORRETO** afirmar, segundo a lei 8.112/90, que Tibúrcio:

- a) poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, na Universidade Federal de Juiz de Fora.
- b) poderá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, na Universidade Federal de Juiz de Fora.
- c) poderá requerer reversão ao cargo anteriormente ocupado, na Universidade Federal de Juiz de Fora.
- d) poderá requerer reversão ao cargo anteriormente ocupado, na Universidade Federal de Juiz de Fora, que será deferida a depender do interesse da Administração.
- e) não poderá retornar ao cargo anteriormente ocupado, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Questão 24:** Segundo a lei 8.112/90, o vencimento, a remuneração e o provento **NÃO** serão objeto:

- a) apenas de arresto.
- b) apenas de arresto e sequestro.
- c) de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- d) de arresto, sequestro ou penhora, sem qualquer exceção.
- e) apenas de penhora.

**Questão 25:** Em matéria de anulação e revogação de ato administrativo, é **CORRETO** afirmar que a lei 9.784/99 dispõe que:

- a) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.
- b) a Administração deve anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- c) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) a Administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- e) a Administração não pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, todavia pode anulá-los quando eivados de vício de legalidade.

## PROVA DE RACIOCÍNIO-QUANTITATIVO

**Questão 26:** No Brasil, uma modificação na Constituição só pode ser feita se estiverem de acordo  $\frac{3}{5}$  dos deputados e  $\frac{3}{5}$  dos senadores. Imagine que  $\frac{4}{15}$  dos deputados queiram mudar a Constituição. A fração dos deputados que falta aderir para que a mudança tenha possibilidade de ocorrer é:

- a)  $\frac{1}{3}$ .
- b)  $\frac{4}{15}$ .
- c)  $\frac{11}{15}$ .
- d)  $\frac{2}{3}$ .
- e)  $\frac{2}{5}$ .

**Questão 27:** Digitando  $N$  páginas por dia, Maria completa um serviço em 12 dias. Se digitasse  $N + 5$  páginas por dia, ela faria o mesmo serviço em 8 dias. O número  $N$  está entre:

- a) 3 e 8.
- b) 9 e 13.
- c) 14 e 21.
- d) 22 e 28.
- e) 29 e 35.

**Questão 28:** Uma frota de 60 carros é formada por carros antigos e carros novos, que têm bancos exclusivamente de couro ou bancos exclusivamente de tecido. Se 12 carros antigos possuem bancos de couro, 42 carros são novos e 33 carros têm bancos de tecido, então o número de carros novos com bancos de couro é:

- a) 6.
- b) 15.
- c) 18.
- d) 27.
- e) 42.

**Questão 29:** A caixa d'água da casa de Lucas tem capacidade para  $3 \text{ m}^3$ . Neste instante, essa caixa encontra-se com apenas  $\frac{1}{4}$  de sua capacidade ocupada. O consumo diário de água em sua casa é de 250 litros. A quantidade de água disponível na caixa é suficiente para abastecer a casa de Lucas por:

- a) 1 dia.
- b) 2 dias.
- c) 3 dias.
- d) 4 dias.
- e) 5 dias.

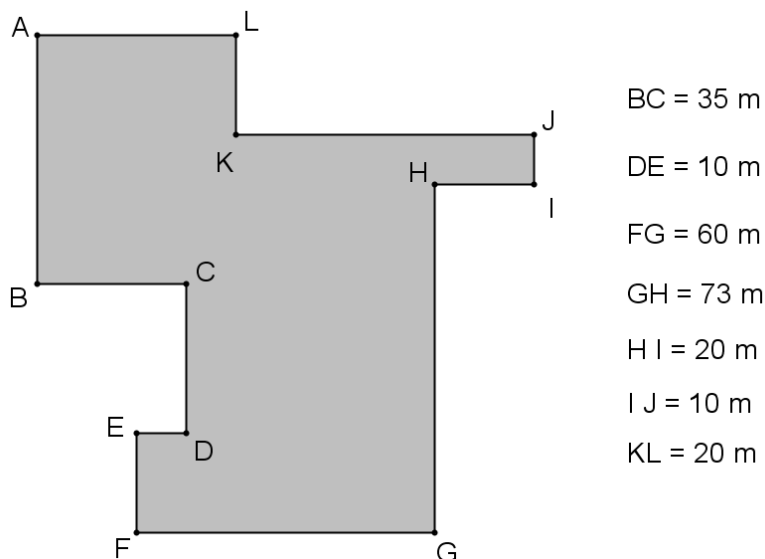
**Questão 30:** Um fazendeiro dividiu  $67 \text{ km}^2$  de suas terras entre seus três filhos, de idades distintas, de modo que as áreas dos terrenos recebidos pelos filhos estivessem em progressão geométrica e que quanto mais velho fosse o filho mais ele receberia. O filho mais novo recebeu um terreno com  $4 \text{ km}^2$  de área. Diante do exposto, o filho mais velho recebeu um terreno de área, em  $\text{km}^2$ , igual a:

- a) 14.
- b) 18.
- c) 39.
- d) 49.
- e) 53.

**Questão 31:** Assinale a alternativa que apresenta uma contradição.

- a) Todo mentiroso não é corrupto e algum corrupto é mentiroso.
- b) Todo mentiroso é corrupto e algum corrupto não é mentiroso.
- c) Todo corrupto é mentiroso e algum mentiroso não é corrupto.
- d) Algum mentiroso é corrupto e algum mentiroso não é corrupto.
- e) Nenhum mentiroso é corrupto e algum mentiroso não é corrupto.

**Questão 32:** Na figura abaixo, todos os segmentos adjacentes são perpendiculares. As medidas de alguns segmentos estão indicadas ao lado da figura.



O perímetro dessa figura, em metros, é:

- a) 358.
- b) 416.
- c) 436.
- d) 446.
- e) 456.

**Questão 33:** Um teste é composto de 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas, sendo apenas uma correta. Manoel sabe, e marca corretamente, 7 das questões. As demais ele marca aleatoriamente. A probabilidade de Manoel acertar exatamente 8 questões dessa prova é:

- a)  $\frac{1}{3}$ .
- b)  $\frac{1}{15}$ .
- c)  $\frac{8}{10}$ .
- d)  $\frac{16}{125}$ .
- e)  $\frac{48}{125}$ .

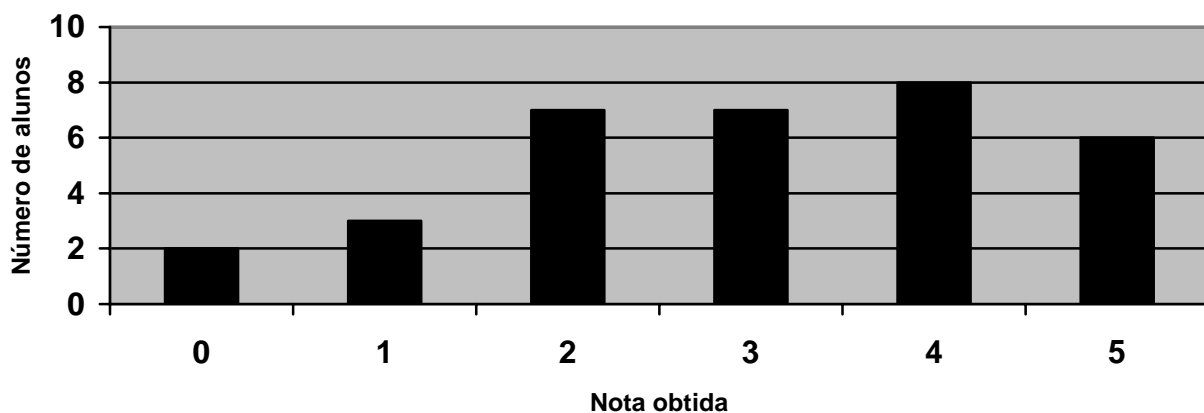


**Questão 34:** A porcentagem de fumantes de uma cidade é 24%. Se 1 em cada 6 fumantes deixar de fumar, o número de fumantes ficará reduzido a 30 000. O número de habitantes da cidade é:

- a) 36 000.
- b) 44 640.
- c) 114 000.
- d) 150 000.
- e) 186 000.

**Questão 35:** Na sala de Pedrinho, foi aplicada uma prova de matemática com 5 questões de múltipla escolha valendo um ponto cada. A distribuição das notas obtidas encontra-se representada no gráfico a seguir:

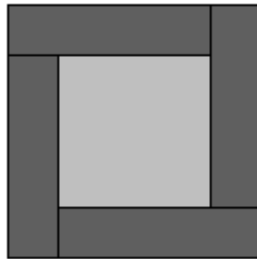
**Distribuição de notas na prova de matemática**



Pedrinho, que não pôde comparecer à escola no dia da aplicação dessa prova, realizou-a no mês seguinte. A média das notas dessa turma aumentará se a nota de Pedrinho for no mínimo:

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

**Questão 36:** O quadrado da figura abaixo foi dividido num quadrado menor rodeado por quatro retângulos congruentes.



O perímetro de cada um dos retângulos mede 22 cm. A área do quadrado maior, em  $\text{cm}^2$ , mede:

- a) 88.
- b) 121.
- c) 188.
- d) 242.
- e) 484.

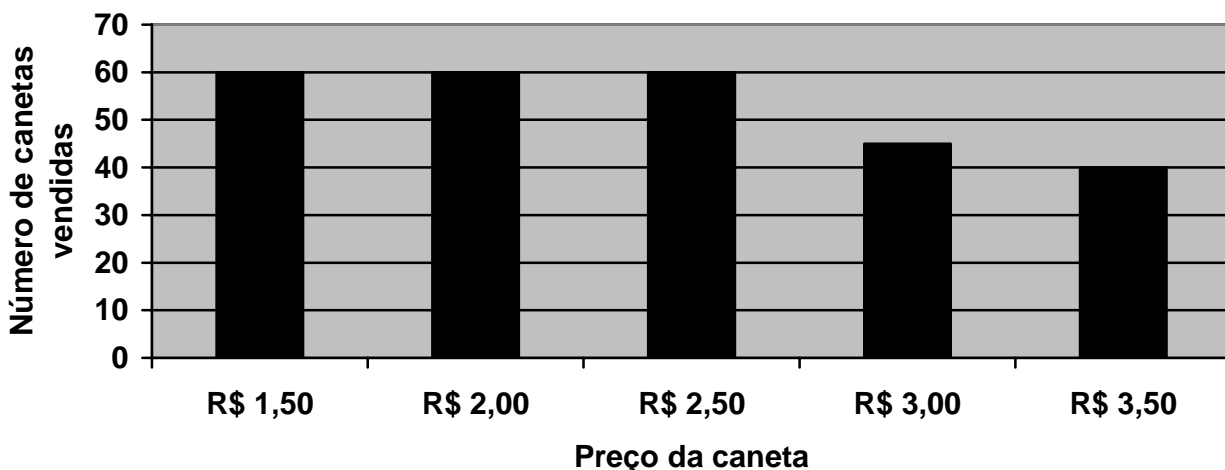
**Questão 37:** Um cinema tem sessões especiais para escolas, de segunda a sábado, no turno da manhã e, de segunda a sexta, no turno da tarde. Uma escola pretende reservar duas sessões, uma de manhã, outra de tarde, desde que não sejam nem no mesmo dia, nem em dias consecutivos. O total de maneiras distintas como essa escola pode fazer a reserva é:

- a) 4.
- b) 12.
- c) 16.
- d) 30.
- e) 45.

**Questão 38:** Após alguns minutos de corrida, Jurandir percebeu que o número de atletas que estavam a sua frente era igual ao número de atletas que estavam atrás dele. Instantes depois, Jurandir conseguiu ultrapassar 8 adversários. Nesse momento, o número de atletas que estavam atrás dele era igual ao dobro do número de atletas que estavam a sua frente. O número de atletas que participou dessa corrida foi:

- a) 24.
- b) 48.
- c) 49.
- d) 51.
- e) 53.

**Questão 39:** Um modelo de caneta é vendido em várias papelarias a diferentes preços. No gráfico abaixo, encontra-se a relação entre o preço da caneta e o número de unidades vendidas, em janeiro de 2009, nessas papelarias.



De acordo com o gráfico, é **CORRETO** afirmar que, dentre os preços praticados, o que gerou maior arrecadação foi:

- a) R\$ 1,50.
- b) R\$ 2,00.
- c) R\$ 2,50.
- d) R\$ 3,00.
- e) R\$ 3,50.

**Questão 40:** Considere verdadeiras as seguintes premissas:

1. Todo juiz não erra.
2. João é casado.
3. Quem é casado erra.

As duas conclusões simultaneamente verdadeiras são:

- a) João não é juiz; nenhum juiz é casado.
- b) João é juiz; todo juiz não é casado.
- c) João é juiz; nenhum juiz é casado.
- d) João não é juiz; todo juiz é casado.
- e) João não é juiz; existe pelo menos um juiz que é casado.